

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE AGOSTO DE 2019

NÚMERO 7.497

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 071ª Sessão Ordinária realizada em 14/08/2019 2 Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 15/08/2019 9</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 11</p> <p>Publicações Diversas Extratos 12 Ofícios 13 Portarias 13 Projetos de Lei 15</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Julio Garcia

Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Registra a sua participação e o sucesso do evento promovido pela comissão de Prevenção e Combate às Drogas, da Alesc, a qual preside, que aconteceu em Chapecó, no dia 12, no seminário *Viver, a Melhor Escolha*, onde também estiveram presentes o historiador Everson Mendes e o psiquiatra Rodrigo Assunção.

Destaca e agradece a parceria da Escola do Legislativo no evento que contou com a presença de mais de 150 líderes comunitários, agentes da área da saúde e educação, assistência social e políticos para discutir a questão da depressão, do suicídio e automutilação, numa perspectiva com a comissão, porque trata-se de causas que envolvem o consumo de drogas sintéticas, a questão do álcool e da dependência química, que levam à depressão e passam a ser uma antessala do suicídio.

Cita dados estatísticos: a cada 40 segundos acontece um suicídio em alguma

parte do mundo, a cada 45 minutos um suicídio no Brasil, são 32 suicídios por dia em média no Brasil, é a segunda causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos, e é a segunda causa de morte no mundo.

Agradece a Alesc pela oportunidade do evento que iniciou a caminhada. Agradece também a Câmara de Vereadores de Chapecó, onde se realizou o encontro, agradece a cobertura da TVAL e da Rádio Alesc, e de tantos outros meios de comunicação, como a Rádio Condá e a RICTV Record.

Comenta que o próximo circuito será em Criciúma, dia 27 de setembro, e dia 18 de novembro em Itajaí, completando três reuniões este ano, sendo que no primeiro semestre de 2020 acontecerão em outras cinco regiões: Itajaí, Blumenau, Joinville, Lages e provavelmente Rio do Sul.

Fala que na presente data acontecerá o pré-lançamento do livro *Deserto Noturno*, que passa a ser uma cartilha do seminário *Viver, a Melhor Escolha*, uma proposta de captar o

dilema de quem mergulha na depressão. O lançamento oficial do livro acontecerá no domingo, às 19h, na comunidade *Bola de Neve*, em Balneário Camboriú, deixando também um convite para que prestigiem o acontecimento.

Agradece especialmente a todos que colaboraram com o livro e com o seminário, e explica que escrever um livro é um ato de responsabilidade social, esperando poder disseminar cada vez mais a literatura, e poder contar sempre com inspiração e bons parceiros para continuar distribuindo gratuitamente, como já fez com mais de 500 mil livros, na proposta de formar novos leitores.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Cumprimenta pela iniciativa, pelo belo trabalho, porque além das atividades de parlamentar, o deputado dedica-se aos cuidados da alma das pessoas. Registra que tem muito orgulho de ser sua colega no Parlamento, cumprimentando-o pelo lançamento de mais uma edição de um livro, que busca auxiliar o próximo.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Parabeniza o deputado Ismael dos Santos pela iniciativa, afirmando que o seu trabalho enaltece a Assembleia Legislativa e contribui de forma indelével com a melhoria da sociedade catarinense. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comenta sobre a situação do parque estadual na praia de Taquarinhas, exalta a importância deste projeto, relatando que a área está sendo vendida pela Caixa Econômica Federal por pendências no débito, e pede para que a área seja de propriedade municipal. Agradece ao deputado Mocellin por criar a proposição da criação do parque para a praia de Taquarinhas.

Afirma que não questiona as ações dos parlamentares, mas pede que os deputados não tomem o caminho da demagogia, com leis sem finalidades práticas e impossíveis de serem sancionadas. Comenta que medidas urgentes precisam ser tomadas, mas com responsabilidade.

Relata que conversou, junto com o deputado Felipe Estevão, com o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre a lei das 12 milhas, e pede para que medidas sejam tomadas para resolver esta pendência mais rapidamente.

Informa, ainda, que serão lançadas a Frente Parlamentar de Incentivo à Cultura e a Frente Parlamentar da Juventude. Acrescenta que a segunda frente citada necessita de uma atenção especial, argumentando que praticamente 70% da população carcerária do estado é composta por jovens de 18 a 29 anos. Afirma que o estado precisa tomar providências para ressocializar os jovens que estão nesta situação. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência registra a visita do presidente da

Câmara Municipal de Pescaria Brava, vereador Gilberto Neves e Silva, dando boas-vindas.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Anuncia o veto do governador do estado ao projeto de lei de sua autoria, aprovado na Casa Legislativa, sobre o ingresso na carreira militar de bombeiros e da polícia, propondo às mulheres a altura de 1,55m e aos homens 1,60m, em contrapartida ao pré-requisito do Exército Brasileiro que atribui às mulheres 1,60m e aos homens 1,65m, vigente em outros estados. Comunica que o veto será analisado na Comissão de Constituição e Justiça, retornando ao Plenário para votação, e lamenta a decisão de Carlos Moisés, vetando tal projeto que prejudicará inúmeras pessoas que almejam entrar na carreira militar. Espera que a Casa Legislativa se manifeste aprovando a lei, derrubando o veto. Segundo o deputado, a real seleção dos candidatos acontece no Teste de Aptidão Física - TAF, e defende a ideia de que um homem com 1,60m e uma mulher com 1,55 são competentes, conforme avaliação física, para a Segurança Pública do estado.

Na segunda pauta do seu pronunciamento, coloca em evidência novamente alguns equipamentos do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos de Lages, que constantemente se encontram inoperantes, citando os aparelhos de ressonância magnética e tomografia, e questiona tais ocorrências. Ainda sobre o assunto, informa que fez um pedido ao secretário de estado da Saúde, uma vez que no dito hospital há uma nova ala com vários instrumentos novos, inclusive que não estão em funcionamento devido à falta de autorização, e sugere ao governo que coloquem os referidos aparelhos em atividade, incluindo a máquina de ressonância nova.

Espera que o governo tome providência sobre relevante assunto em prol da saúde do povo catarinense, ao mesmo tempo em que informa a existência de um movimento na mídia para expandir o direito à saúde, aproveitando a estrutura já instalada. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partidos Políticos

Partido: PSL.

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Discorre sobre a questão das 12 milhas, lei sancionada pelo governo do Rio Grande do Sul, proibindo a atividade pesqueira de barcos da frota de Santa Catarina em águas riograndenses. Registra sessão solene em Brasília com a participação de mais de 300 pescadores catarinenses, os quais buscam a revalidação dos seus direitos.

Relata que muitos trabalhadores do litoral dependem da pescaria e a aflição vem aumentando com o tempo, pois no mês de

dezembro inicia-se a safra do camarão conhecido como sete-barbas, que se faz presente apenas nas águas geladas da costa do Rio Grande do Sul.

Conclui, pedindo o apoio do governador do estado e promete lutar arduamente por boas notícias, buscando retirar a proibição.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela sua liderança, capitaneando a Comissão de Pesca, e julga necessária a manifestação do governador Carlos Moisés para a resolução do problema, sugerindo contato direto com o governo do Rio Grande do Sul. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Coloca-se à disposição para ajudar sobre o tema abordado pelo deputado Felipe Estevão, que o antecedeu.

Tece comentários reflexivos sobre o agronegócio e o ICMS no estado de Santa Catarina, após as medidas tomadas pelo governador Carlos Moisés, e discorre a respeito das quatro propostas de sustação que objetivam suspender os efeitos de decretos editados pelo Poder Executivo, objetivando tornar a situação menos traumática para o setor produtivo catarinense.

Questiona sobre o que está acontecendo com Santa Catarina ao lembrar que o estado se caracteriza por pequenos produtores, sendo que os mesmos já estiveram na Alesc para tratar a questão dos insumos agrícolas, e que os produtos da nossa agricultura são vendidos no mundo inteiro, enfrentando todo rigor das leis de países de primeiro mundo. Ao mesmo tempo, faz um paralelo com o produtor de queijo de leite cru, que em outros países, como a França, ganha prêmios, e aqui no estado, por não estar regulamentada a lei fazem o rejeito, como aconteceu em Seara há poucos dias, quando a vigilância sanitária descartou todos os queijos em um evento.

Afirma que Santa Catarina tem o melhor mel do mundo, a banana mais doce, a melhor cerveja artesanal, o melhor vinho e que os produtos catarinenses são bem recebidos nos mercados de consumo mais exigentes do mundo.

Também, comenta a entrevista do engenheiro agrônomo Glauco Olinger ao jornalista Moacir Pereira, enfatizando que o referido engenheiro deu uma aula gratuita sobre incentivos à agricultura.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Corroborar a fala do deputado e comenta que, quando de sua estada em Chapecó, um produtor falou que iria demitir seus funcionários e produzir no Rio Grande do Sul devido à taxa de insumos agrícolas. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Exibe vídeo de lançamento do seminário *Viver, a Melhor Escolha*, no município de Chapecó, que trata sobre o tema do referido evento.

Complementa o assunto, mencionando uma matéria da revista *Veja* em que traz depoimentos de pessoas que sofreram automutilações causadas pela depressão. Acrescenta que é necessário fazer a diferença no estado, buscar alternativas para combater a depressão e o suicídio. *[Taquígrafa: Silvia]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Registra que é um prazer representar a Casa nas missões dadas pela Mesa Diretora, ou na condição de presidente da Unale - União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Parabeniza a Igreja Presbiteriana do Brasil, que está completando quase 200 anos no país, desejando que continuem o trabalho de evangelização, de resgatar vidas e dando um caminho melhor para todos os fiéis.

Cita moção que recebeu da Câmara de Vereadores de Irineópolis, com manifestação de repúdio à discussão dos incentivos fiscais que o governo estadual levanta.

Comenta sobre duas matérias jornalísticas, uma fala sobre ciência e a outra sobre ideologia. A que fala sobre ideologia diz respeito à entrevista do governador Carlos Moisés ao jornal *Folha de S. Paulo*. Critica a fala do governador sobre insumos e fertilizantes. Solicita à população e aos colegas deputados que façam uma leitura das duas matérias para que possam esclarecer o assunto.

Conclui, afirmando que a Alesc não pode cair na balela da ideologia, mas sim tem a responsabilidade de cuidar da vida do cidadão catarinense, principalmente daquele que produz alimentos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Comemora sanção do governador Carlos Moisés, tornando lei um projeto de autoria do deputado Valdir Cobarchini que proíbe a extração de xisto em território catarinense.

Relata que o material usado como substituto do petróleo causa um alto grau de contaminação da água e do solo, consequentemente prejudica a cadeia econômica, pois alguns países não compram grãos, produtos e animais de lugares próximos à extração de xisto. Informa que havia um pedido de licença para exploração de mais de 50 mil hectares de terra em Santa Catarina, atividade que poderia trazer inúmeros prejuízos.

Conclui, convidando os parlamentares para audiência pública da Frente Parlamentar das Barragens, em Santa Rosa de Lima, que vai discutir a construção de uma fosfateira em Anitópolis. Alerta para os riscos ambientais e

humanos que a instalação pode gerar no sul do estado. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta a presença do prefeito e de vereadores do município de Irineópolis, e lembra que esta cidade estava dentro da área de exploração do xisto.

Informa que após visitar a cidade de São Mateus do Sul, no Paraná, e participar de audiências públicas em Papanduva, ficou constatado que a exploração de xisto é prejudicial para o meio ambiente e para a agricultura. Acrescenta que a Casa aprovou um projeto de lei, sancionado recentemente pelo governo, que proíbe a exploração. Tece elogios ao governador pela sanção e afirma que a região está aliviada com a decisão.

Informa que apresentou um requerimento para recriar a Frente Parlamentar do Comércio Varejista, com a intenção de reunir-se com a Fiesc, Faesc, Fetranesc, Fampesc, e outras entidades do setor para discutir pautas referentes à defesa do comércio varejista de Santa Catarina.

Cumprimenta o deputado Nilso Berlanda, que possui um nome forte no setor do comércio de varejos e está participando da frente parlamentar. Afirma que esta frente será importante e produtiva para o estado, e acrescenta que o diálogo com o Executivo é essencial para atender as demandas. Informa que as reuniões serão bimestrais para acompanhar e discutir novas pautas, e convida os deputados a participarem.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela visão em criar a Frente Parlamentar, pela importância que representa o comércio de varejo no estado.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela reunião e destaca a importância de haver diálogo com o governador. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registra a presença, dando boas-vindas aos Jovens Aprendizes do Centro de Integração Empresa-Escola de São José, e à responsável Jéssica Teixeira Amaral.

A Presidência suspende a presente sessão até às 16h, reiniciando os trabalhos na Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0005/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, que proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas Emenda Substitutiva Global e Subemenda Aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: João Amin, Jair Miotto e Marcius Machado.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Deputado Bruno Souza - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - "Concedo um espaço a v.exa. por questão de ordem. Já encerramos o processo de discussão, mas concedo o espaço, pela ordem."

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Manifesta-se quanto ao projeto e declara seu voto contrário à matéria.

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabeniza o deputado Jair Miotto, e manifesta-se quanto ao projeto, declarando seu voto favorável à matéria.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela Ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se quanto ao projeto e declara seu voto favorável à matéria, parabenizando sobre a questão, que coloca um pouco mais de responsabilidade sobre obras públicas

Deputado Laércio Schuster - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Parabeniza o deputado Jair Miotto e também o deputado Milton Hobus, que fez o substitutivo global. Entende que o projeto de lei merece aplauso, porque dá oportunidade de fortalecer a ética e a moral na coisa pública.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Somente para segurança do voto dos nobres Pares, no momento de anunciar a discussão da matéria, foi colocado que havia uma Emenda Substitutiva Global e uma Subemenda Aditiva. Para segurança, então, o texto fica assim:

(Passa a ler)

“Art. 2º - Fica vedada a realização de solenidade, cerimônia ou qualquer espécie de ato de inauguração de obra pública inacabada ou que não atenda ao fim a que se destina.

[...]

§ 1º Para os fins desta Lei, obra pública incompleta é aquela que não esteja apta a entrar em funcionamento pelos seguintes motivos, dentre outros:

I - não ter sua estrutura física acabada, impossibilitando seu uso imediato, mesmo que parcial; ou

II - não possuir licenças e alvarás de funcionamento.”

Está em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Com voto contrário do deputado Bruno Souza, aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0160/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que autoriza o Poder Judiciário a doar ao município de Canoinhas o imóvel que especifica.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0261/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Sociedade Patronato Anjo da Guarda, para Associação Patronato Anjo da Guarda, de Herval D'Oeste.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

[Taquígrafa: Sara]

Pedido de Informação n. 0373/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca dos planos para construção de passarela de vidro na Serra do Rio do Rastro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0374/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da restrição no fluxo de caminhões em rodovias do estado de Santa Catarina durante a temporada de verão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0375/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca da existência de procedimento perante o governo do estado no sentido de que seja dado aval à Prefeitura de Florianópolis para fins de construção da terceira faixa na Rodovia SC-404, no bairro Itacorubi.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0376/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca das medidas que estão sendo tomadas para sanar os problemas de atendimento à tomografia e ressonância magnética no Hospital Tereza Ramos, no município de Lages, por estarem com os respectivos aparelhos estragados.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0377/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário da Educação informações acerca das escolas estaduais que ofertam a educação integral.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0378/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando aos secretários da Saúde e da Fazenda informações acerca do valor repassado anualmente aos municípios desde a edição da Lei nº 16.159/13. (assegura aos municípios incentivos finan-

ceiros destinados a consultas e exames de média e alta complexidade.)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0379/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando ao secretário da Fazenda informações se existe previsão para a implantação da Nota Fiscal Eletrônica no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0380/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca das cirurgias de pacientes com fissura labiopalatina no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0381/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca de cirurgias em pacientes com fissura labiopalatina no Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0382/2019, de autoria do deputado Altair Silva, solicitando ao secretário de estado da Segurança Pública, informações acerca dos novos delegados que iniciaram o Curso de Formação em junho.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0383/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário de estado da Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca das pontes situadas ao longo da Rodovia SC-114, no trecho entre os municípios de Lages e Otaçílio Costa.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Moção n. 0364/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando aos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense apoio à permanência da Agência Nacional do Cinema e à liberdade da atividade artística nos termos do inciso IX do Artigo 5º da Constituição Federal.

Em discussão.
Discutiram a presente matéria os srs. deputados Jessé Lopes e Luciane Carminatti.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com voto contrário do sr. deputado Jessé Lopes.

Moção n. 0369/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, apelando ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, por celeridade nos estudos de viabilidade, planejamento e execução da abertura dos acostamentos da BR-101, para que sejam usados como faixas adicionais, no trecho que liga os municípios de Navegantes e Balneário Camboriú.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0370/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, apelando ao ministro da Infraestrutura e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense por celeridade nos estudos de viabilidade, planejamento e execução da abertura dos acostamentos da Rodovia BR-101, para que sejam usados com faixas adicionais, no trecho que liga os municípios de Navegantes e Balneário Camboriú.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0371/2019, de autoria da Bancada do PP, apelando ao Ministro da Educação, pelo encaminhamento e atendimento, em regime de urgência, das pautas solicitadas pelo movimento Capricha na Inclusão.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0372/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz, apelando ao Presidente da República e ao ministro da Educação por providências para manter o Polo da Universidade Aberta do Brasil no município de Palmitos.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0373/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz, apelando ao presidente da Anatel, por providências para ativar a antena de telefonia móvel existente no município de Macieira.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0374/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos ao velejador Matheus Dellagnelo pela conquista da Medalha de Ouro no Pan Americano 2019.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0375/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Lages Garden Shopping pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0376/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos ao Senhor Harry Schmelzer Junior da empresa WEG, por ter sido premiado na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind como empresário destaque da indústria.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0377/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Fontana, pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.

Em discussão.

(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0378/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, apelando ao presidente da Câmara dos Deputados pela derrubada do veto presidencial atinente ao PLC nº 11/2016.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0379/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, manifestando aplausos ao Cabo Gonçalves e aos Soldados Martins, João e Floriano, lotados na Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba, por ato de bravura em operação ocorrida no município.

Em discussão.
Discuti a presente matéria o sr. deputado Jessé Lopes.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0380/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao senador Jorginho Mello, pela aprovação do Projeto de Lei nº 325/2015, de autoria da Câmara dos Deputados, bem como a viabilidade de alteração da redação, no sentido de tornar obrigatório o fornecimento do uniforme escolar aos alunos da educação básica, de acordo com as características climáticas de cada região.

Em discussão.
Discuti a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0381/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, cumprimentando a Igreja Presbiteriana do Brasil em Santa Catarina, pela passagem do aniversário de cento e sessenta anos da referida igreja.

Em discussão.
Discuti a presente matéria o sr. deputado Kennedy Nunes.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0382/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, manifestando aplausos ao Engenheiro Agrônomo Senhor Glauco Olinger pela entrevista informativa e

esclarecedora concedida e publicada pelo colunista Moacir Pereira no Diário Catarinense.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Moacir Sopelsa, Altair Silva, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Laércio Schuster e Volnei Weber.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0383/2019, de autoria da deputada Paulinha, apelando ao presidente da Caixa Econômica Federal, pela doação da área que compreende a Praia de Taquarinhas, em favor do município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Paulinha, Coronel Mocellin e Ivan Naatz.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra pela ordem, para uma questão de ordem, ao sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Solicita que seja anexada à ata da presente sessão, nos Anais da Casa, a entrevista do sr. Glauco Olinger, para futuras consultas, esclarecendo eventuais dúvidas sobre o assunto em questão.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Explica ao deputado Kennedy Nunes que a questão de inserção nos Anais tem que ser requerida, assim pede ao deputado que formalize.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Faz o seu requerimento verbalmente, conforme orientação, desta forma considera que a Presidência pode designar que assim seja feito.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Muito bem!

(Conforme requerimento verbal do deputado Kennedy Nunes e concordância da Presidência, passa a transcrever a entrevista em questão.)

“Retirar incentivos à agricultura é um grave equívoco”, diz agrônomo Glauco Olinger.

Por Moacir Pereira, Diário Catarinense, em 13/08/2019.

“Engenheiro agrônomo Glauco Olinger fala sobre a polêmica dos incentivos agrícolas.

Fundador da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), em 1956, idealizador do vitorioso projeto Fruticultura de Clima

Temperado em Santa Catarina, duas vezes Secretário da Agricultura, Secretário interino da Educação, presidente da Embrater e co-fundador da Embrapa, o engenheiro agrônomo Glauco Olinger é uma das maiores autoridades nacionais em questões agrícolas.

Aos 96 anos, com notável lucidez e memória impressionante, falou nesta terça-feira (13) sobre a polêmica dos incentivos agrícolas.

Qual sua avaliação sobre a decisão do governador Moisés da Silva de cancelar os incentivos para a agricultura?

O mundo inteiro subsidia a agricultura. Os Estados Unidos, que têm a maior agricultura do mundo, chegam a subsidiar, através de incentivos fiscais, até 35%. Os países nórdicos subsidiam mais de 50% os custos da produção agrícola. Na Europa, a média é também de 50%. Então, Santa Catarina e o Brasil precisam pensar em manter os estímulos.

Quando tiramos os subsídios para a agricultura estamos perdendo a capacidade de concorrer no mercado internacional. E temos concorrentes do nosso frango, como os franceses, com grandes subsídios. O nosso governador, que demonstra ter boa vontade em acertar na gestão catarinense, deve ouvir mais as entidades produtoras e menos os assessores políticos, os filosóficos. Deve falar mais com as cooperativas, os agricultores que contribuem para o PIB catarinense, e menos com os ideólogos.

E a polêmica sobre os defensivos agrícolas?

Quando administramos a Secretaria da Agricultura demos início ao programa de subsídio do calcário para o setor agrícola. Somos inteiramente favoráveis aos defensivos para a agricultura. Retirar qualquer incentivo à agricultura é um grave equívoco administrativo do governo. E isto inclui os defensivos agrícolas que já existiam. Se existe algum incentivo errado ou injusto, que se corrija. A retirada simples é um erro governamental.

É possível manter a atual produtividade de sem o uso de defensivos?

A retirada dos defensivos agrícolas no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, num só instante, em dois anos, iria matar de fome metade da população. A exclusão de defensivos ou fertilizantes, ambos combatidos por certas áreas ideológicas, seria mortal para a produção de alimentos. Este tema tem mais ideologia do que ciência. Enfatizo: onde existe ideologia na ciência, a ciência deixa de existir. Há uma incompatibilidade entre ideologia e ciência. E isto está ocorrendo agora em boa dose, ou seja, falta de ciência na abordagem

do tema defensivos agrícolas. Há mais ideologia do que ciência.

Como o senhor define os defensivos agrícolas?

São produtos que se usa para o combate a doenças e pragas das plantas, doenças e parasitas dos animais. Estes produtos, ao longo da história, sempre foram chamados de defensivos. No próprio Ministério da Agricultura havia dois departamentos: de Defesa Sanitária Animal e de Defesa Sanitária Vegetal. Veio daí o termo defensivo.

Entre os produtos de proteção agrícola, você tem inseticidas, que são químicos e não causam nenhum dano ao meio ambiente. Não trazem prejuízo aos animais de sangue quente e só atingem animais de sangue frio, ou seja, insetos, cobras, lagartos, peixes. Na hora do uso, o aplicador tem que ter cuidado, com roupa adequada, máscara. Pode prejudicar quando o agricultor fizer aplicação errada. Se for correta, não tem nenhum dano humano. Nem ao aplicador e nem ao consumidor.

Há outras opções de defensivos?

Claro. O coeficiente ativo. Um produto que se usa para combater inseto, que é sistêmico. É usado no solo e a planta absorve até na formação do fruto. Precisa tomar cuidado. Se causasse dano jamais seria usado. Iria repercutir imediatamente entre os consumidores. Os produtos sistêmicos ficam fora dos agrotóxicos. No produto biológico é usado o inimigo natural para combater a praga. No café brasileiro, por exemplo, existia a ‘broca do café’ que ameaçava a economia cafeeira. Existia na África a ‘vespa de Uganda’, chamada ‘proropis nazuta’. Ela acabou com a broca, sem nenhum dano na aplicação. Não deixa de ser um defensivo. Na cana de açúcar também se usa o inimigo natural para combater a praga. Tenho visto muita gente falar sem nenhum conhecimento. É melhor que este pessoal, colocando opiniões errôneas sobre defensivos, agrotóxicos, inimigo biológico, que não combatesse o que desconhece.

A venda e uso dos defensivos em Santa Catarina tem controle?

Sem a menor dúvida! E desde a criação da Acaresc, na década de 1950. Um dos objetivos dos técnicos da extensão rural, hoje na Epagri, e alguns na Cidasc, é justamente orientar o agricultor na forma de aplicação dos produtos de combate a doenças e pragas das plantas e dos animais, sem qualquer dano para os aplicadores e, sobretudo, para os consumidores.

Faço uma pergunta: todo mundo está sabendo que a alimentação é vital na formação física de porco, galinha ou ser humano. Pensar que ser humano está ingerindo alimento envenenado ou prejudicial à saúde, é falta de inteligência. O homem hoje, em todas as

olimpíadas e competições atléticas corre com maior velocidade, saltando cada vez mais alto, acrobacias incríveis, mais alto e, o mais importante, longevidade maior. Será que estamos ingerindo comida envenenada? Se for, é um fortificante.

Há algum país do mundo com produtividade sem uso de defensivos?

Não existe! Mas é preciso distinguir, pois há vários sistemas: o tradicional, com uso intensivo de fertilizantes e produtos químicos (adubo). Esta agricultura química é a responsável pela alta produtividade no mundo inteiro, mas junto com a engenharia genética dos pesquisadores. Mas maior influência na produtividade é da engenharia genética, produzindo novas variedades de plantas, novas linhagens de animais. Ali estão os altos aumentos de produtividade.

Na década de 40, uma galinha caipira aqui em Santa Catarina colocava 30 a 50 ovos e hoje produz mais de 350 ovos por ano. Isto é fruto da engenharia genética. Outro exemplo é o porco. Na década de 40 levava mais de um ano para criar no que hoje em menos 4 meses. Gastava 8 a 10 quilos de ração para um quilo de carne suína e hoje é menos de 3 quilos. Uma vaca dava 3 litros de leite/dia e hoje tem vaca que produz 30 litros de leite/dia. Saltos fantásticos de produtividade. Tudo fruto da ração balanceada e dos defensivos, mas também da engenharia genética.

Qual a intensidade de uso de defensivos agrícolas em Santa Catarina?

É incomparavelmente menor do que outros países do mundo, no Japão, na Europa ou Estados Unidos. Não há termos de comparação. Temos uma agricultura muito menos danosa. Há esforço para redução do número de produtos químicos, usando sistema intermediário. Na fruticultura, usamos inimigos naturais para combater pragas.

E a agricultura orgânica?

É a ideal, sustentável, biológica. Mas não tem hoje a menor condição de abastecer o mundo de alimentos.

Palavra final.

Quem queira falar sobre defensivos agrícolas para orientar o governador e falar na imprensa, que estude melhor o assunto sob o ponto de vista científico e não do ponto de vista ideológico."

Deputado Doutor Vicente Caropreso - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao deputado Doutor Vicente Caropreso.

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - Cumprimenta o Grêmio Esportivo Olímpico, de Blumenau, na pessoa do seu presidente, pela passagem dos 100 anos de

fundação, na presente data, fazendo referência à moção de sua autoria que será apreciada no dia subsequente.

Deputado Ricardo Alba - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao deputado Ricardo Alba.

DEPUTADO RICARDO ALBA - Quanto à moção do deputado Doutor Vicente Caropreso, enfatiza a importância do Grêmio Esportivo Olímpico em Blumenau, parabenizando a diretoria e todos os associados.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Requerimento n. 0970/2019, de autoria do deputado Bruno Souza, solicitando ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, informações acerca das obras públicas acima de 1,5 milhões e dos últimos 10 anos que se encontram paralisadas no estado.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Bruno Souza, Sargento Lima e Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0982/2019, de autoria da deputada Paulinha, solicitando ao superintendente da Celesc, informações acerca do plano de expansão e investimento da Celesc para o período de 2019/2020, bem como o cronograma de execução das obras em andamento e das previstas para o período de 2019/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0963/2019, 0964/2019, 0965/2019, 0966/2019, 0967/2019, 0968/2019, 0971/2019 e 0977/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0969/2019, de autoria do deputado João Amin; 0972/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 0973/2019 e 0974/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0975/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 0976/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0978/2019, 0979/2019, 0980/2019 e 0981/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0983/2019, de autoria do deputado Altair Silva; e 0984/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as

Indicações n.s: 1.102/2019 e 1.103/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 1.104/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz; 1.105/2019, 1.106/2019, 1.107/2019, 1.108/2019, 1.109/2019, 1.110/2019 e 1.111/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1.112/2019, 1.113/2019 e 1.121/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.114/2019, 1.115/2019 e 1.116/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 1.117/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 1.118/2019 e 1.120/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; e 1.119/2019, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso.

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Elzamar]

Explicação Pessoal

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Relata que, no dia anterior, foi votada à declaração de liberdade econômica no Congresso Nacional e considera a ação importante, pois o país conhece pouco sobre o assunto. Afirma que a falta de liberdade no Brasil é transmitida através de burocracias desnecessárias e acaba distribuindo sua ineficiência, causando distorções no mercado.

Discorre sobre os fretamentos do transporte turístico e o modal ferroviário no estado de Santa Catarina. Diz que a abertura do transporte ferroviário em países como Alemanha, França e Argentina são casos de sucesso, pois resultaram em menores preços de passagens e mais opções de linhas para os passageiros, porém o Brasil insiste em concessões que criam monopólios de empresas, ocasionando a concentração de renda e a limitação das oportunidades para o empreendedorismo. Fala sobre o assédio regulatório prejudicial ao turismo feito pelo modal rodoviário, citando a Carta de Foz do Iguaçu deste ano, onde os envolvidos pedem o fim do circuito fechado, possibilidade de multiembarque no circuito turístico e a liberação do processo de vendas por meio de plataformas digitais.

Comenta o caso do aplicativo *Buser*, programa que oferece passagens de ônibus com descontos de até 60%, considerando absurda a proibição sancionada pela ANTT referente ao uso da plataforma.

Conclui, falando que o monopólio faz a sociedade servir a lei, ao invés de a lei servir a sociedade. Apela por um estado com mais liberdade. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.
[Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Traz à tribuna tema relacionado à Saúde, no que diz respeito às cirurgias de fissura labiopalatina e a ortognática. Segundo informações, no Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, de Joinville, o governo do estado diminuiu o número de cirurgias mensais de 32 para 22 de correção de fissura, salientando que a demanda é de 50 cirurgias por mês, e a ortognática é feita uma cirurgia mensal. Por isso, fez duas proposições para que o governo do estado e a secretaria da Saúde revejam esses números, pois entende que não se deve fazer economia nesse tipo de cirurgia, porque são problemas a serem resolvidos e que trazem melhor qualidade de vida para os pacientes que as necessitam, bem como para os familiares dos mesmos. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Relata que, na data anterior, esteve em uma reunião com o governador sobre a questão dos incentivos fiscais, demonstrando preocupação com a situação econômica do agronegócio, que representa 30% do PIB de Santa Catarina.

Informa que a comissão de Agricultura formulou um pedido para o governador dialogar com a classe produtora.

Diz estar ciente de que todos os defensivos agrícolas utilizados em Santa Catarina estão dentro dos critérios estabelecidos pelas normas. Relata que, na presente semana, aconteceu uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça para tratar

sobre o projeto de proteção das plantações de bananas e a fertilização aérea.

Comenta que conversou com o Jeferson Rocha, da Andaterra, e Sidnei Orlando, no município de Abelardo Luz, os quais defendem que se mantenham os benefícios fiscais para a produção agrícola.

Conta que aceitou ser líder do governo para colaborar com o bem estar do estado, e que possui sua própria linha de pensamento, e sendo assim, irá colaborar para que aconteça um debate entre o governador e entidades do agronegócio. Acrescenta que é necessário fortalecer Santa Catarina e cita a produção agrícola por ser um dos setores mais importantes do estado e referência mundial. E registra a conquista do Certificado de Estado Livre da Febre Aftosa.

Faz um comparativo entre a expectativa de vida há 50 anos e atualmente, argumentando que esse aumento é graças aos cuidados com vacinação, alimentação e a produção do alimento.

Demonstra otimismo ao comentar que, na próxima reunião, serão resolvidos os problemas com os incentivos fiscais. E acrescenta que todos os deputados defendem Santa Catarina e o fortalecimento do agronegócio. [Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Discorre sobre um tema que considera muito importante para o Brasil, assim como para a política externa do país. Em referência as políticas ambientais, diz que infelizmente o presidente eleito se auto-intituiu "Bolsonaro Motosserra" e nada está sendo feito para frear as ações do mesmo.

Chama atenção para publicações de duas das revistas mais respeitadas do mundo, *The Economist* e *Nature*, que alertam para os riscos do desmatamento e do descaso com questões ambientalistas no território brasileiro. Cita três medidas inadmissíveis, considerando os retrocessos que as mesmas podem causar: promover a exploração econômica das reservas indígenas, tentar diminuir o tamanho das áreas protegidas da Amazônia e rasgar as leis ambientais construídas ao longo da última década. Lembra a existência do chamado Selo Verde, certificação cobrada mundialmente, atestando que produtos como carne e grãos não saíram de uma

floresta virgem desmatada. Saliencia a importância econômica de agir com responsabilidade ambiental.

Declara solidariedade ao cientista Ricardo Galvão, servidor público federal que, após ser atacado pelo Presidente da República, se viu obrigado a deixar a presidência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe. Conclui, expondo imagem registrada por método científico, que retrata o desmatamento atual na Floresta Amazônica. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0050/2019 e 0168/2019.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0005/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0160/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0261/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0384/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Educação informações acerca da situação atual da obra na Escola Básica Aderbal Ramos da Silva, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0385/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Fazenda informações acerca do projeto de reformulação do prédio localizado na Rua Tenente Silveira.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n.0386/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca das obras que visam melhorias na Rodovia SC-135.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n.0387/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca dos processos seletivos simplificados com embasamento na Lei Complementar n. 260/2004, unicamente com vistas à substituição de profissionais médicos e de outras categorias funcionais em decorrência de pedidos de demissão e exoneração.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0388/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da implantação da iluminação, no trecho já em operação, do novo acesso ao Aeroporto Hercílio Luz, por meio de protocolo de intenção entre o estado e a Celesc.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0389/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz e outros, solicitando ao secretário do Desenvolvimento Social informações acerca dos reais motivos para a descontinuidade dos trabalhos do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Moção n. 0384/2019, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando aplausos ao presidente do Grêmio Esportivo Olímpico, de Blumenau pela passagem dos 100 anos de fundação.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0385/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, solicitando aos senadores Dário Berger, Jorginho Mello e Esperidião Amin, a inclusão dos servidores estaduais e municipais no texto da Reforma da Previdência.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0386/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, solicitando ao superintendente do DNIT a colocação de duas passarelas na Rodovia BR-282, no trecho compreendido entre os municípios de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0387/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Águas Imperatriz pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0388/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa BMW S.A. pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0389/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Schaeffer Yachts pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0390/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Supermercado Angeloni pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0391/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos ao senhor Luciano Hang, pela premiação na 25ª Edição do Prêmio Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0392/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Martinelli pela premiação na 25ª Edição do Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0393/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa MRV-norte, pela premiação na 25ª Edição do Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0394/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à diretoria da empresa Casas Bahia - Vale, pela premiação na 25ª Edição do Top Of Mind.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0395/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, manifestando aplausos aos soldados Marcelo Martins e Frederico Pereira da Silva, da Polícia Militar de Balneário Arroio do Silva, pelo ato de bravura no salvamento do pescador vítima de afogamento.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Requerimento n. 0986/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, solicitando ao diretor-geral da ANTT, em caráter de urgência, o nivelamento e asfaltamento dos acostamentos da Rodovia BR-101, nos dois sentidos, no trecho compreendido entre os municípios de Navegantes e a Praça de Pedágio em Porto Belo, transformando-os em pistas de rolamento aptas ao tráfego de veículos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano o Requerimento n. 0985/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1122/2019, 1123/2019, 1124/2019, 1125/2019, 1126/2019, 1127/2019, 1128/2019 e 1129/2019, de autoria do deputado João Amin; 1130/2019 e 1131/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 1132/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 1133/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz e outros.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna a sra. Cintia Domit Bittar, membro da diretoria do Sindicato da Indústria Audiovisual, Santacine, para divulgar o cinema audiovisual em Santa Catarina e no Brasil. [Taquígrafa: Ana Maria]

Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) -
Manifesta-se em relação à solicitação do governador do estado de fechar o CRAI/SC - Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante, fato que traz preocupação por entender que o referido órgão realiza o trabalho de triagem de imigrantes que chegam ao estado, principalmente os haitianos que, agora, vêm com a família toda para Santa Catarina em busca de melhores condições de vida. Frisa que o fechamento da instituição causará problemas, como o de organização e controle dos que chegam ao estado e para onde se deslocam.

Tece comentários sobre os incentivos fiscais e insumos agrícolas e entende que o governador não está tão errado na questão de isenção, pois percebe a necessidade do debate com os segmentos atingidos, como a questão da forma de pulverizar, e a qualidade dos agrotóxicos comercializados para os produtores catarinenses. E lembra que a Câmara de Deputados está discutindo um programa para reduzir gradativamente o uso dos agrotóxicos, tudo com dados técnicos. Assim, avalia que o governador foi eleito para atender, conversar e debater com todos. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) -
Cita suas experiências no setor agrícola ao comentar a importância do agronegócio para o estado e a responsabilidade dos parlamentares sobre este assunto. Acrescenta que o produtor investe nos defensivos agrícolas por necessidade de produzir.

Relata alguns de seus aprendizados na época em que esteve na escola agrícola, e comenta sobre os avanços tecnológicos benéficos para o meio ambiente e agricultura simultaneamente, citando como exemplo o plantio direto.

Relata que em data anterior um grupo de deputados conversou com o governador, pedindo para que haja um grande diálogo com os produtores, pois é o setor que mais gera riqueza para o estado. Comenta a necessidade de haver uma agenda positiva para que incentive os produtores do agronegócio a continuarem investindo nas suas atividades. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, solene, para a presente data, às 19h, em comemoração dos 50 Anos de Fundação da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí. [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 510, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010

CONSTITUIR Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, integrada pelos servidores **JORGE ROBERTO KRIEGER**, matrícula nº 2189, Analista Legislativo III, que presidirá os trabalhos, **ALLAN DE SOUZA**, matrícula nº 6339, Analista Legislativo III e **LUCIO SANTOS BAGGIO**, matrícula nº 7521, Analista Legislativo III, com os encargos de, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar eventuais irregularidades em aposentadoria de servidor, tendo em vista o Parecer 0020/2018 da Controladoria-Geral.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

ATO DA MESA Nº 511, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos do Ato da Mesa nº 034/2019, de 30 de janeiro de 2019, que constituiu Comissão de Sindicância, a contar de 23 de agosto de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

ATO DA MESA Nº 512, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2820/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

AUTORIZAR AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO à servidora **LYVIA MENDES CORREA**, matrícula nº 7213, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-02, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para realizar atividades relacionadas ao curso de pós-graduação, em nível de Mestrado, no curso de "Gestão do Conhecimento", na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sem perda de direitos, incluída a remuneração, por trinta dias, a contar de 09 de setembro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

ATO DA MESA Nº 513, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 16 da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010

CONSTITUIR Comissão de Sindicância Investigativa, integrada pelos servidores **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, Analista Legislativo II, que presidirá os trabalhos, **NICOLI MADEIRA BIANCHETTO**, matrícula nº 7227, Analista Legislativo II e **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, Analista Legislativo II, com os encargos de, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar os fatos descritos na Comunicação Interna/CPSP nº 0134/2019, de 24 de junho de 2019, de possível uso de documento falso para obtenção de margem positiva para realização de novo empréstimo consignado em folha de pagamento.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

ATO DA MESA Nº 514, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2562/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **MANOEL GONZAGA DE OLIVEIRA NETO**, matrícula nº 1302, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior, código PL/ALE-21, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 515, de 28 de agosto de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2561/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **ELIZABETE OLINDA GUERRA**, matrícula nº 2114, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior, código PL/ALE-17, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**EXTRATOS****EXTRATO Nº 149/2019**

REFERENTE: 8º Termo Aditivo celebrado em 12/08/2019, referente ao Contrato CL nº 041/2017-00, celebrado em 27/06/2017, que tem como objeto a locação de veículos.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos S.A

CNPJ: 95.803.839/0001-74

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade reajustar o contrato com base no IGPM acumulado no período de julho de 2018 a junho de 2019, cujo índice foi de 6,527920%.

VIGÊNCIA: 01/07/2019 à 31/12/2019

VALOR MENSAL: passa R\$ 136.338,04 para R\$ 145.238,08, com eficácia a partir de 1º de julho de 2019; redundando num aumento mensal de R\$ 8.900,04.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, c/c § 8º, art. 65, da Lei 8.666/93; Item 3.4.1 do Contrato Original; Item 14.5 do Edital de Pregão Presencial nº 005/2017; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através Declaração 048/CEO-DF/2019.

Florianópolis/SC, 26 de Agosto de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Marcus Marchini- Diretor Presidente

* * *

EXTRATO 150/2019

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 022/2018 oriunda do Pregão Presencial CL nº 034/2018.

OBJETO: Aquisição, *pelo Sistema de Registro de Preços*, de insumos/consumíveis para multifuncional Lexmark.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de novembro de 2018).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/2013 e nº 8.250 de 23/05/2014, nos Atos da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nº 128/2015, nº 131/2016 e nº 101/2017, na Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 53 de 08/10/2018 e demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 34 de 19/11/2018.

LOTE 1				MARCA	VALOR (R\$)	
ITEM	QTD.	UND.	PRODUTOS		UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	80	Peça	Unidade de imagem 50FOZ00 da Impressora Lexmark MX-611, com capacidade de impressão de 60.000 páginas, baseada na média de 3 páginas tamanho carta/A4 por trabalho de impressão com uma cobertura de aproximadamente 5%. Produto 100% novo e original do fabricante. (*) npu	Lexmark	318,25	25.460,00
2	250	Peça	Cartucho de toner preto 60FBX00 da impressora Lexmark MX-611, com capacidade para impressão de 20.000 páginas, considerando 5% de cobertura em formato A4. Produto 100% novo e original do fabricante. (*) npu	Lexmark	658,16	164.540,00
TOTAL DO LOTE 1						190.000,00

1ª REGISTRADA: Comercial Porto Alegrense de Máquinas Calculadoras Ltda., com sede na Rua Duque de Caxias, 170/172 - Centro, Porto Alegre/RS, correio eletrônico (*e-mail*) licitação@portoalegrense-rs.com.br e chamado@cpagrupocom, fone (51) 3225-1888 e 3023-1875, inscrita no CNPJ sob o nº 87.138.145/0001-31 Florianópolis, 28 de agosto 2019.

Neroci da Silva Raupp- Diretor-Geral

Gilberto Oliveira Moreira- Sócio

Antônio Carlos Ckless Silva- Sócio

* * *

EXTRATO 151/2019

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 025/2018 oriunda do Pregão Presencial CL nº 037/2018.

OBJETO: Aquisição de luminárias tipo Pannel de LED em alumínio extrudado, por demanda, para atender as necessidades da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (07 de novembro de 2018).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nos Atos da Mesa nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2015 e 101/2017; na Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 54 de 05/10/2018, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 37 de 30/11/2018.

ORD.	QTDE.	UNID.	ITEM ÚNICO PRODUTOS	MARCA	VALOR (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	1800	peça	Luminária de embutir de 618 x 618 mm de 32 W, para forro de gesso acartonado: - Altura máxima da luminária de 70 mm. - Corpo em chapa de aço nº 24 - SAE 1008 com tratamento anticorrosivo, pintado por processo eletroestático a pó, tinta a base de poliéster/epóxi na cor branca. - Difusor em acrílico translúcido de excelente qualidade, de modo a inibir a visualização dos pontos de LED, com proteção UV e removível com sistema CLICK. - Com driver de corrente de no mínimo 35 W 170-230 V e 50.000 horas de vida útil e placas de LED 4000 K, com índice de reprodução de cor de, no mínimo, 80%, com pelo menos 3500 lumens com 50.000 horas de vida útil. - A fixação da fita de LED à luminária deverá ser feita por meio de parafuso e porca. - Deverá dispor de cabo de interligação com a rede, de pelo menos 1,50 m de comprimento, com "plug" macho para conectá-la em tomada. Fonte Luminosa - Conjunto de placas LED SMD de alta durabilidade e eficiência aplicadas no fundo do corpo da luminária acionadas por driver independente, placas e drivers. Dados Fotométricos - Fluxo luminoso: >3500 lumens - Temperatura de cor: 4000 k - Índice de reprodução de cores (IRC): >80% - Vida útil: 50.000 horas Dados Elétricos - Tensão de funcionamento: Bivolt 127/220 V - Potência nominal da luminária (conjunto placas e driver): 32 W - Fator de potência (F.P.): 0,99 Embalagem - Individual em caixa de papelão com etiquetas de identificação com dados detalhados do modelo e código de barras. Garantia - Apresentar declaração de garantia das luminárias LED ofertadas pelo prazo mínimo de cinco anos	ECP	325,06	585.108,00
VALOR TOTAL						585.108,00

1ª REGISTRADA: *Stark Energia Eireli.*, com sede na Rua Raymundo Ramos da Costa Almeida, 488, Palhoça, SC, CEP 88.137-280, fone (48) 3035-5572 e 9.9623-8389, correio eletrônico (e-mail) stark@grupostark.com.br
 Florianópolis, 28 de agosto de 2019.
 Neroci da Silva Raupp- Diretor-Geral
 Pedro Antônio Cherm Filho- Diretor Administrativo
 Mateus Maier Nunes- Sócio

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2002, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2541/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento do servidor do Executivo - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, à disposição da ALESC, **EVANDRO PIMPAO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 8633, **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, no percentual de 09% (nove por cento), a contar de 13 de agosto de 2019.
 Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

PORTARIA Nº 2003, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2488/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento do servidor do Executivo - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, à disposição da ALESC, **PEDRO PAULO DONADELLI**, matrícula nº 8428, **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, no percentual de 09% (nove por cento), a contar de 07 de agosto de 2019.
 Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0654.7/2019

Ofício Nº 022/19 Garuva, 20 de agosto de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Garuva, referente ao exercício de 2018.
 Gertrudes Ruiz Tótolí
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 27/08/19

OFÍCIO Nº 0655.8/2019

Ofício 07/2019 Balneário Piçarras, 15 de Agosto de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, de Balneário Piçarras, referente ao exercício de 2018.
 Gilberto Jose Cardozo
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 27/08/19

OFÍCIO Nº 0656.9/2019

Ofício. 0.10/2019 São José, 03 de Junho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública do Centro de Educação e Treinamento Esperança (CETE), de São José, referente ao exercício de 2018.
 Jonas Edison da Silva
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 27/08/19

PORTARIA Nº 2004, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2502/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento do servidor do Executivo - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, à disposição da ALESC, **DANIEL MONTEIRO MAURICIO**, matrícula nº 9233, **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, no percentual de 09% (nove por cento), a contar de 08 de agosto de 2019.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2005, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ALMERINDA LEMOS THOME**, matrícula nº 4968, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia das Comissões, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, SIOMARA GONCALVES VIDEIRA, matrícula nº 1210, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 02 de setembro de 2019 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de cargo em comissão, o servidor não perceberá adicional de exercício.
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2006, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ANDREIA REGINA FILGUEIRAS**, matrícula nº 7179, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente Cultural, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ANY SANTOS, matrícula nº 6361, que se encontra em fruição de licença-prêmio por quinze dias, a contar de 02 de setembro de 2019 (CGP - CE - Gerência Cultural).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2007, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 02 de setembro de 2019.

MD - 4ª Secretária

Matrícula	Nome do Servidor
9539	Francisco de Assis Küster Junior

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2008, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JEDERSON LUIZ FABRIN**, matrícula 8834, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de setembro de 2019 (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2009, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **FLAVIA GODOY SILVA**, matrícula nº 9665, de PL/GAB-21 para o PL/GAB-22 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2010, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **THIAGO WALTER VERA**, matrícula nº 10303, de PL/GAB-04 para o PL/GAB-22 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de setembro de 2019 (Gab Dep Fernando Krelling).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2011, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR GABRIEL POSTOL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilso Jose Berlanda - Canoinhas).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2012, de 28 de agosto de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ELISABETH GUTERRO FLOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Altair Silva - Laguna).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0291.4/2019**

Institui o Selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Selo Acessibilidade Nota 10, que consiste em uma certificação conferida pela Administração Pública Estadual aos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo, que proporcionem acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O Selo tem por finalidade, incentivar e promover projetos que visem atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características, de forma autônoma, segura e confortável, contemplando elementos ou soluções que promovam acessibilidade.

Art. 2º Para efeito de concessão do Selo de que trata o artigo 1º, será atribuída ao estabelecimento privado ou público ser reconhecido em um ou mais dos seguintes aspectos:

I - prestação de atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que atendam aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e na legislação específica;

III - políticas públicas de trabalho e emprego, visando a garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho;

IV - assegurar ao idoso reversa das vagas nos estacionamentos e outras medidas de acessibilidade, de forma a garantir sua melhor comodidade e priorização do atendimento do idoso previsto na Lei Federal nº 10.741/2003;

V - capacidade de desenvolver novas formas de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nas edificações, no espaço público e seu mobiliário, meios de transportes e nos sistemas de comunicação e sinalização.

Art. 3º O Selo de Acessibilidade Nota 10 poderá ser concedido em solenidade oficial, garantindo-se divulgação semestral no Diário Oficial do Estado da relação atualizada dos selos emitidos.

Art. 4º Na hipótese de ser constatada irregularidade que comprometa a acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a administração poderá, a qualquer tempo, cassar e recolher o Selo de Acessibilidade, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação pertinente.

Art. 5º O Selo terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que sejam atendidos, no ato da renovação, os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 6º Os estabelecimentos certificados deverão utilizar o Selo em sua logomarca durante o período de certificação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/19

JUSTIFICATIVA

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. As pessoas que tem deficiência física representam 1,3% da população e quase a metade desse total (46,8%) tem grau intenso ou muito intenso de limitações.

O presente projeto de Lei tem como objetivo estimular os estabelecimentos privados ou públicos a desenvolverem ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade, com o claro plano de criar um ambiente mais inclusivo, de modo que alcance todo o tipo de cliente no seu negócio ou do usuário do serviço público, bem como boas práticas inclusivas no mercado de trabalho. Com o Selo será possível identificar os estabelecimentos acessíveis.

O Selo Acessibilidade Nota 10 propõe a induzir cada estabelecimento no Estado de Santa Catarina a se tornar um pouco mais acessível. Com isso, vai premiar os estabelecimentos privados e às instalações públicas que já tenham iniciado esse processo de inclusão, tornando-os mais atrativos aos olhos das pessoas que de fato se preocupam com a oferta de melhor acesso e atendimento a toda pessoa.

O Projeto de Lei foi inspirado em iniciativa semelhante na Câmara dos Deputados (PL nº 1357/2019), que cria selo de excelência em Acessibilidade e recebeu parecer favorável da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O assunto tratado na propositura em tela é de competência comum de todos os entes da federação o cuidado com a saúde e a assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (art. 23, II, CF/88), sendo a competência legislativa concorrente em relação à proteção e à integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV, CF/88).

Nessa seara, há poucos anos, incorporou-se ao ordenamento constitucional a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, primeiro tratado internacional aprovado pelo rito legislativo previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, o qual foi internalizado por meio do Decreto Presidencial nº 6.949/09. Por sua vez, o art. 9º da convenção veio justamente reforçar o arcabouço de proteção do direito de acessibilidade das pessoas com deficiência, assim preceituando:

“1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

[...].

2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:

a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;

b) **Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência**”. (grifamos)

Portanto, o quadro acima apresentado, não abre margem à dúvida sobre a efetiva necessidade de proteção constitucional dos direitos da pessoa com deficiência, de forma a assegurar-lhe o amplo acesso aos espaços públicos e privados, inclusive com práticas inovadoras em acessibilidade.

Ainda, a proposta apresentada não se enquadra nas hipóteses submetidas à iniciativa privativa do Poder Executivo, o qual se encontra em sintonia com diretrizes constitucionais não violando a reserva de atuação administrativa. Todavia, esta propositura busca conferir um mínimo de operabilidade (art. 2º), designando, abstratamente, as medidas destinadas à implementação do referido Selo.

Assim, é oportuna a proposta de se criar um Selo que premie os esforços da sociedade em promover uma acessibilidade crescente das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em razão disso, contamos, então, com o inestimável apoio de nossos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0292.5/2019

Dispõe sobre a proporcionalidade de banheiros femininos portáteis em eventos públicos e privados no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica estabelecido que os organizadores de eventos, de qualquer natureza, ao ar livre, independente do número de participantes, devem disponibilizar banheiros portáteis químicos observando a proporção de dois banheiros femininos para um banheiro masculino, alocados em áreas separadas, para o uso de seus frequentadores.

Art. 2º O não cumprimento do previsto no "caput" do artigo 1º desta Lei sujeita o infrator à multa de 01 (um) salário mínimo por cada unidade faltante em não observância ao critério de proporcionalidade estabelecido.

Art. 3º Caberá ao Poder Público regulamentar e fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/19

JUSTIFICATIVA

A busca por uma sociedade mais justa e igualitária começa com o reconhecimento das necessidades de determinados membros da sociedade. Reconhecidamente, a mulher por todo o contexto histórico necessita de atenção especial do Estado na proteção de seus direitos em momentos de vulnerabilidade.

Desse modo, o objetivo dessa propositura é evitar constrangimento e a exposição da mulher a assédios e condutas vexatórias em eventos ao ar livre, preservando sua honra e a integridade física em um ambiente onde por muitas vezes a segurança é precária ou até mesmo inexistente, uma vez a disponibilização de banheiros químicos para mulheres em maior número evita a aglomeração devida à longa espera para a sua utilização.

Por esses motivos, conto com a colaboração de meus Nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação de tão importante propositura.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

PROJETO DE LEI Nº 0293.6/2019

Dispõe sobre a distribuição gratuita de aparelho medidor de glicose que dispensa sangue para crianças inseridas em programa de educação para diabéticos.

Art. 1º - As crianças com idade inferior a doze anos de idade, portadoras de diabetes, receberão gratuitamente, do Sistema Único de Saúde - SUS de Santa Catarina o aparelho de medidor de glicose que dispensa sangue.

Art. 2º - Para verificação das condições previstas no caput poderá ser exigido atestado médico de especialista na área.

Art. 3º - É condição para o recebimento do equipamento citado no caput, estar inscrito em programa de educação para diabéticos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/19

JUSTIFICATIVA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que a grande doença deste século será o diabetes. O que for possível disponibilizar para os portadores da doença será bem-vindo, sobretudo para as crianças que tendem ao longo dos anos ter o quadro agravado.

Um grande incômodo na vida dos diabéticos é ter que furar o dedo para medir o nível de glicose, problema que o Brasil atinge cerca de 14 milhões de pessoas, ainda que somente metade delas saiba que tem a enfermidade. Para portadores de diabetes tipo 1 ou 2 saber a taxa de açúcar no sangue é uma obrigação diária. Há casos em que o mesmo procedimento deve ser feito mais de uma vez a cada 24 horas.

O mais comum é realizar o teste com uma picada no dedo para colher o sangue que será processado em um aparelho chamado de glicosímetro. O procedimento provoca dor e risco de exposição. Se para os adultos já é um desafio repetir o teste várias vezes, imagine para as crianças.

Entretanto, já existem no mercado formas alternativas de realizar o controle do diabetes, minimizando o sofrimento e os riscos causados pelo método convencional. Os aparelhos modernos são capazes de mostrar o nível de glicose no momento, como estava anteriormente e como se comportará nas horas seguintes (estimativa). Isto tudo dispensando a coleta de sangue, pois tais equipamentos valem-se de novas tecnologias, disponíveis a baixo custo.

Este método favorece principalmente as crianças que são o objetivo maior da presente iniciativa, na media em que pretende dar a elas acesso a uma tecnologia que contribui para a saúde e melhoria de qualidade de vida. Para enquadramento no presente PL, levamos em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que define como criança a pessoa com idade inferior a doze anos.

Neste sentido, considerando que o uso cotidiano deste equipamento evita que um objeto estranho seja introduzido no corpo da pessoa, o presente Projeto de Lei visa minimizar o sofrimento diário das crianças portadoras de diabetes residentes no Estado de Santa Catarina, através da disponibilização gratuita do aparelho de medidor de glicose que dispensa sangue.

Diante do significado desta iniciativa, conclamo os nobres pares no acolhimento da presente propositura.

Deputado Luiz Fernando Vampiro

PROJETO DE LEI Nº 0294.7/2019

Institui o "Dia de conscientização da Síndrome de Tourette" no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Institui o dia 7 (sete) de junho como o Dia de Conscientização da Síndrome de Tourette.

Parágrafo único - A instituição do Dia de Conscientização da Síndrome de Tourette tem como objetivos:

I - Esclarecer à comunidade as causas da respectiva Síndrome;

II - os tratamentos adequados;

III - a necessidade do apoio familiar e da comunidade aos pacientes;

IV - promover a integração das pessoas portadoras da Síndrome em todos os níveis sociais;

V - promover campanhas educativas

Art. 2º O dia a que se refere o Art1º fica incluído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/19

JUSTIFICATIVA

Segundo a Associação do TOC e Síndrome de Tourette (ASTOCST), a Síndrome de Tourette é uma síndrome que aparece tanto em tiques motores como vocais, não necessariamente ao mesmo tempo. Os tiques geralmente aparecem por volta dos sete anos, variando dos dois aos quinze anos. Em geral, apresentam-se na forma de tiques motores simples, como piscadelas de olhos.

O início das vocalizações ocorre posteriormente ao dos tiques motores, na idade média de onze anos, frequentemente na forma de pigarro, fungadelas, tosse, exclamações coloquiais, entre outras. Em alguns casos, os tiques vocais são os primeiros a surgir. A coprolalia, emissão involuntária de palavras obscenas (palavrões), é encontrada em menos de um terço dos casos. Os pacientes em alguns casos podem apresentar a copropraxia (gestos obscenos involuntários), a escolalia (repetir palavras ouvidas), a ecopraxia (repetir gestos vistos) e ainda a pailalia (repetir as próprias palavras).

Estima-se que um terço dos pacientes apresente remissão completa ao final da adolescência, outros apresentem melhora dos tiques e o restante continue sintomático durante a vida adulta. Remissões espontâneas foram relatadas em 3% a 5% dos casos.

A intensidade dos tiques é variável, desde quase imperceptíveis, como um leve levantar de ombros, até tiques aparatoso como saltos ou fortes latidos. Às vezes, são camuflados em atitudes corriqueiras como, por exemplo, afastar o cabelo do rosto, ajeitar a roupa, e são reconhecidos pelo seu caráter repetitivo. Após a instalação do quadro, os sintomas passam a apresentar flutuação na intensidade, principalmente na adolescência. Uma série de comportamentos se associam à ST, como o hiperativo, o automutilatório, os distúrbios de conduta e de aprendizado, além de sintomas obsessivo-compulsivo (SOC). Alguns autores observaram que mais de 40% dos pacientes com a ST apresentavam TOC. Aproximadamente 90% dos portadores da ST têm sintomas obsessivos.

Importa informar que entre 15 de maio e 15 de junho é celebrado, nos EUA, o mês Nacional da de Conscientização da Síndrome de Tourette. É uma época de conscientizar as pessoas sobre a síndrome. Porém no Brasil, não temos muitas campanhas sobre o assunto e, infelizmente, por falta de conhecimento da sociedade, muitos portadores da ST são vítimas de preconceitos e estigmas e acabam passando a viver reclusos por vergonha e medo.

Deputado Kennedy Nunes
